

RELAÇÕES E INTERRELAÇÕES DO PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO URBANA

Rosali Braga Fernandes

Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana

A periferização urbana, que é um processo de segregação residencial, expressa espacialmente os distorcidos mecanismos de distribuição de renda e de apropriação e uso do solo urbano os quais, por promoverem a concentração de riquezas, acarretam o favorecimento de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria espoliada. Esta maioria, dentro das questões urbanas atuais, busca "saídas" para seus problemas habitacionais em áreas distantes, especialmente segregadas e extremamente carentes de infra-estrutura e serviços urbanos.

Assim, por compreendermos que o processo de periferização faz parte de um contexto maior de antagonismo, tentaremos estabelecer suas relações com as diferenças de classes, com o papel do Estado (poder político) e da ideologia, com as questões de dominação e com o sistema educacional.

Segundo Corrêa (1989), o conceito de segregação residencial surgiu nas primeiras décadas do século XX, na escola de Chicago, com Park e posteriormente com Mckenzie, sendo que este último definiu o termo como uma concentração de tipos de população dentro de um determinado território. Atualmente, a segregação residencial tem sido encarada como uma expressão espacial dos mecanismos de classe que caracterizam as cidades de uma maneira geral.

A dinâmica da segregação é típica do capitalismo, não sendo própria da cidade pré-capitalista, a qual era caracterizada pelo imobilismo sócio-espacial.

Neste sentido, para Kowarick (1979) periferia constitui-se em aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.

1 - RELAÇÕES ENTRE A PERIFERIZAÇÃO E AS CLASSES SOCIAIS

Diante destas colocações, fica patenteada a intrínseca relação entre o processo da periferização e as questões das diferenças de classes em função das quais se faz notar o papel do Estado na organização espacial das cidades.

Sobre a relação existente entre a distribuição dos locais de residência e a capacidade social dos indivíduos, entendemos, como Castells (1983), que a distribuição das residências segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, correspondendo ao sistema de estratificação social e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana. A segregação urbana de baixa renda (periferização), sobre a qual nos interessamos neste trabalho, é reforçada pelas interrelações entre as determinações econômicas, políticas e ideológicas, bem como pelas articulações das lutas de classes no local de residência.

Vale ressaltar que a segregação residencial deve ser encarada diferentemente em relação à classe que se analisa.

Assim, as classes de baixa renda, nas quais centralizamos nossas análises, são forçosamente segregadas por não disporem de capital para residir onde gostariam de fazê-lo, ou seja, por falta de opção, os pobres são expulsos dos centros urbanos e passam a morar em áreas afastadas dos bens e serviços urbanos. As classes de alta renda, contudo, também se afastam dos núcleos das cidades, se auto-segregam, só que por conveniência própria e por opção de vida, mas continuam tendo farto acesso aos bens e serviços urbanos, sem os inconvenientes de viver dentro dos grandes centros urbanos.

Em suas teorias, Marx afirma que as relações sociais são produzidas pelos homens e estão extremamente ligadas às relações de produção. Diz ainda que a grande indústria concentra pessoas desconhecidas entre si, num mesmo espaço (a cidade) e a concorrência se incumbe de dividir os interesses destas pessoas, mas a manutenção do salário (interesse comum) reúne-as no mesmo pensamento. Assim, o domínio do capital criou, na massa proletária, situação e interesses comuns, o que constituiu a tal massa numa classe em relação ao capital, embora ainda não em relação a si própria.

A classe proletária se constitui num grupo ocupacional e econômico que sobrevive vendendo seus serviços num mercado desfavorável onde, para a grande maioria, não há meios de ascensão social. Como dificuldades geralmente

impostas ao proletariado, destacamos os trabalhos monótonos, desestimulantes, desagradáveis e realizados em condições desfavoráveis, o inaccessível a níveis de vida satisfatórios em termos de educação, de saúde, de alimentação, à maioria dos bens e serviços urbanos, principalmente, à habitação, onde se insere, dentre outras, a questão da periferização.

2 - RELAÇÕES ENTRE A PERIFERIZAÇÃO E O ESTADO CAPITALISTA

Diante destas constatações, podemos assegurar, como Durrand Lasserre (1986), que o Estado é um dos grandes agentes de interferência na organização espacial urbana, que tem uma influência significativa sobre a exclusão dos pobres dos centros urbanos e que as relações do Estado capitalista com a segregação residencial têm como função maior a reprodução das relações sociais de produção.

Entendemos contudo que, embora o Estado resulte e manifeste o inconciliável antagonismo entre classes, ele não é uma entidade monolítica. Segundo Poulantzas (1977), o Estado é a condensação material de uma relação, e a luta entre as classes atravessa, ela mesma, os aparelhos de Estado, na medida em que estes aparelhos materializam e concentram o poder da ou das classes e frações dominantes em suas contradições com as classes dominadas.

Também sob a ótica de um poder político, não tão consolidado e imbatível, Coutinho (1985) considera que o Estado capitalista moderno (em sua forma liberal-democrática) pôde e pode coexistir com formas políticas criadas pelas classes subalternas em seu processo de autodefesa, de luta contra os interesses das classes dominantes.

Como consideramos que a influência e a atuação do Estado não ocorrem sempre da mesma maneira, por dependerem do local, das circunstâncias do momento e, em última análise, dos conflitos e alianças sempre presentes numa sociedade de classes, destacaremos, a seguir, algumas das formas de atuação do Estado sobre a segregação residencial propriamente dita.

Para Corrêa (1989), o Estado age como grande industrial, como consumidor de espaço e de localizações específicas, como proprietário fundiário (terras públicas), como produtor imobiliário, como agente de regulação do uso do solo, como alvo dos movimentos sociais urbanos, como provedor de serviços públicos (sistema viário, calçamento, água, esgoto, etc.), e também como elaborador de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Ele utiliza-se também das

diferenças nos impostos territorial e predial, da alocação espacial de equipamentos de consumo coletivo, e de uma ação explícita quando da criação de núcleos urbanos. Em última instância, a atuação do Estado objetiva dar condições de realização e reprodução à sociedade capitalista, criando mecanismos que geram a segregação residencial e que ratificam a mesma. Vale notar ainda que o Estado também está agindo quando se omite, ou seja, quando não toma nenhuma atitude. É assim que, por não se efetuarem melhorias em determinados locais, estes continuam sempre apresentando condições de habitabilidade desfavoráveis.

Segundo Rodrigues (1988), no Brasil, a intervenção estatal no urbano vem se ampliando por um conjunto complexo de programas e de ações, desde a definição do valor salário, à produção direta de habitações através da instituição de órgãos e mecanismos que "pretendem", em última instância, diminuir o déficit habitacional do país (ex. Sistema Financeiro de Habitação). Para Sposito (1988), é importante lembrar que também o acesso à moradia está vinculado ao salário, à distribuição de renda, à pobreza urbana, ou seja, no nível do urbano, a diferenciação salarial se concretiza em áreas residenciais diversificadas em termos de padrão habitacional, infra-estrutura e serviços urbanos.

Bom exemplo de atuação direta do Estado na criação da segregação espacial de grande contingente populacional em Salvador, foi a implantação, a partir da década de 1970, de enormes Conjuntos Habitacionais como os de Cajazeiras e Fazenda Grande, construídos em local extremamente afastado do centro da cidade.

Em termos de investimento, geralmente o Estado privilegia as áreas ocupadas por população de maior poder aquisitivo, deixando em plano secundário os assentamentos residenciais periféricos. Contudo, para Pedrão (1989), onde a capacidade da população periférica para ocupar o espaço urbanizado depende da continuidade de sua pressão, ela finalmente consegue algumas compensações mediante investimentos, precários que sejam, do Estado. A crescente mobilização do contingente populacional residente nas periferias urbanas, e a conseqüente elevação do nível de perigo que esta população pode trazer, podem alterar a atuação do Estado no sentido de amenizar possíveis conflitos. Esse fato remete ao potencial político da referida população periférica.

Além destes instrumentos dos quais o Estado lança mão para organizar o espaço segundo os interesses dos detentores do poder, devemos também reconhecer e destacar o papel fundamental da ideologia e da educação. Vejamos a seguir o conceito, a função e a aplicabilidade destes instrumentos de dominação.

3 - A IDEOLOGIA E A EDUCAÇÃO NA PERPETUAÇÃO DA PERIFERIA

Segundo Chauí (1990), a ideologia corresponde ao ocultamento da realidade social através do qual são legitimadas as condições sociais de exploração e de dominação, de forma que estas não sejam percebidas, e pareçam verdadeiras e justas. A ideologia é, pois, um dos instrumentos da dominação de classe, bem como uma das formas de luta de classe. Neste sentido, em relação à importância da ideologia, Althusser (1980) considera que uma classe não pode deter o poder do Estado por muito tempo, sem ter hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos do Estado.

Na utilização da ideologia pelo Estado, Offe (1984) destaca que a funcionalização da soberania exige que o aparelho estatal assuma funções de classe sob o pretexto da neutralidade e invoque o álbi do universal para o exercício do seu particular, assim, o Estado capitalista precisa simultaneamente praticar e tornar invisível o seu caráter de classe.

Como observamos até o presente momento, o processo de periferização está intimamente vinculado à própria dinâmica de um sistema econômico, ao qual estão relacionados um determinado tipo de estrutura de classes, de Estado, de ideologia e também de um sistema educacional, capazes de mantê-lo. Nessa perspectiva, como questiona Durkheim (1986), de que serviria imaginar uma educação que levasse à morte a sociedade que a praticasse? Espontaneamente, o homem não se submeteria à autoridade política, não respeitaria a disciplina moral, não se sacrificaria. Ele o faz, principalmente, por obra da educação que a sociedade lhe impõe.

É neste sentido que vislumbramos a estreita relação entre o sistema que propicia a periferização e a educação que trata de ratificar a ambos contribuindo para submeter a classe dominada aos processos de espoliação política, econômica, social e, no caso urbano, cada vez mais acentuados. Torna-se importante salientar que a educação, nesta perspectiva global, é exercida pelo sistema de ensino, mas também pela família, pelos grupos sociais, pela igreja, pela mídia e pelo processo de produção, ou seja, pelos que trabalham no sentido de perpetuar a estrutura social vigente.

Falando especificamente sobre a instituição escolar, como a conhecemos hoje, destacaremos a seguir alguns aspectos relevantes.

Segundo Meksenas (1991), a sociedade capitalista destaca a ciência como meio de entendimento da realidade e, como a educação tem por finalidade precípua a reprodução dos valores e normas sociais, ela deixa de refletir valores

religioso (típicos da sociedade feudal) e elege a ciência como base de seu discurso.

Observa-se, pois, que uma das características da revolução ideológica capitalista foi a elaboração de uma instituição escolar que deve centralizar a educação que anteriormente se efetuava basicamente na família e na igreja. Nasce assim a escola, com a proposta de preparar os indivíduos para a vida em sociedade, em função do papel que cada um vai desempenhar, ou seja, em função das diferenças de classe.

Neste último aspecto, Durkheim destaca que há tantas espécies de educação, em uma determinada sociedade, quantos meios diversos nela existirem. Assim, a educação contemporânea, por exemplo, varia basicamente de acordo com as classes sociais (a do burguês não é a mesma do operário) e com as regiões (a do cidadão difere da do camponês).

É, pois, principalmente a partir da Revolução Francesa (1789) que se expande a necessidade de instaurar o ensino público e científico “para todos” com o objetivo de adaptar os indivíduos às novas necessidades da sociedade emergente.

A organização social do capitalismo, no entanto, se fundamenta num desenvolvimento contraditório onde poucos enriquecem (os detentores dos meios de produção) em contraposição à maioria que, sistematicamente, empobrece pela espoliação crescente de sua força de trabalho.

Esse processo de acirramento de distâncias inter-classes sociais se reflete nos diversos aspectos da vida social, dentre os quais destacamos aqui a questão da segregação residencial das classes menos favorecidas economicamente.

A maioria dos autores admite, claramente, a existência de uma vinculação íntima entre a educação, o Estado e a ideologia, vinculação esta que, na prática, se efetua através da escola. É principalmente pela educação que o Estado consegue exercer o controle efetivo sobre indivíduos de diversas camadas sociais.

A educação é, pois, um dos elementos integradores da sociedade que precisa, em última instância, existir com o objetivo de manter a ordem social e reformar alguns aspectos sociais considerados negativos.

Neste momento, destaca-se o papel da ideologia que, ao lado da classe dominante, se constitui numa imposição dos valores desta classe sobre a dominada. A partir do momento em que a classe trabalhadora aceita os valores dos grupos dominantes como os certos, ela facilita a perpetuação da exploração sobre si mesma.

Para Meksenas (1991), nos dias de hoje, para impor sua visão de mundo (ideologia), a classe dominante utiliza os meios de comunicação de massa, os jornais, as leis e, finalmente, a educação. Nesse sentido, dentro da concepção teórica de Marx, podemos afirmar que a educação escolar vem desempenhar o papel de transmissora da ideologia dominante; é o elemento responsável por inculcar em todos os indivíduos os valores e as idéias da classe dominante como a única visão correta de mundo. Assim, as regras de funcionamento da escola e seus conteúdos de aprendizagem dão meios para reproduzir a desigualdade da sociedade capitalista.

Desta forma, as estreitas relações entre a educação, as diferenças de classe e o processo de periferização urbana confirmam que estas questões se coadunam para garantir o sistema de exploração ao qual estamos atrelados.

Neste sentido, Meksenas (1991) afirma que Marx vê uma sociedade onde a escola, transmitindo a ideologia e sendo gerenciada pelo Estado, expressa e reproduz os interesses da classe dominante, colaborando assim para o domínio desta sobre a classe trabalhadora. A educação é de classe, pois, enquanto os membros da classe dominante são educados para dirigir a sociedade segundo seus interesses, os membros do proletariado são disciplinados e adestrados para o trabalho e para aceitarem a sociedade capitalista (dentro da qual se estabelece a segregação urbana), como ela se apresenta, sendo, de preferência, conformados e submissos.

Desta forma, é que o proletariado, periferizado espacialmente, por questões alheias à carência de espaço urbano próximo às áreas centrais, é obrigado a percorrer em Salvador, até duas horas no caminho para o trabalho, é privado de lazer e descanso, e continua se sacrificando por toda a sua vida, concebendo o processo como normal, justo e imutável.

Embora admitindo o caráter hierarquizador da escola, Marx parece mostrar à classe trabalhadora que ela não deve abandoná-la como forma de resolver o problema. Ao contrário, o proletariado deve exigir sempre seu direito à educação e deve também atuar dentro e fora da escola para a sua transformação numa instituição também representativa dos interesses de sua classe.

Segundo Saviani (1986), o que se verifica na nossa realidade de Terceiro Mundo, contudo, é o espantoso abandono por parte da classe dominada das escolas, nas primeiras séries do 1º grau, em condições de analfabetismo ou de semianalfabetismo. Isto sem se considerar o enorme contingente de crianças em idade escolar que sequer têm acesso à escola e que, portanto, já estão a priori marginalizadas dela.

É a classe dominante que efetivamente ingressa num bom curso superior. Em contrapartida, a classe trabalhadora é representada pelos alunos que, quando muito, terminam o primário e lutam para conseguir vaga em algum curso profissionalizante mas que, enquanto classe, jamais chegam ao curso superior.

Diante dessas considerações, e compreendendo que a educação exerce importante papel no processo de organização sócio-espacial e que, pela própria Constituição de 1988 (artigo 205), deve visar o desenvolvimento da cidadania, concluímos ser indispensável o acesso ao ensino.

Para Silva (1990), destaca-se ainda a necessidade de reconhecer que a educação é um serviço que abrange o meio rural com repercussões regionais, nacionais e internacionais e que, como serviço, se submete às regras globais que orientam a oferta em suas relações com a demanda. A tipologia dos serviços educacionais e sua repartição seguem uma lógica comum ao processo de distribuição de bens e serviços exercidos pelas cidades, onde o ideal é que haja uma hierarquização funcional bem distribuída sobre o espaço.

As poucas escolas da periferia se encontram normalmente em situação degradante pois faltam desde os equipamentos mais sofisticados aos mais elementares e indispensáveis.

Num trabalho efetuado por Fernandes (1992), no Miolo de Salvador, (área que melhor caracteriza a nova periferia urbana da cidade), constatou-se a presença de várias escolas de 1º grau em precárias condições. A nível de 2º grau, encontramos apenas cinco instituições, embora aí esteja localizado o **campus** da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Considerando-se uma área de aproximadamente 115 km², com cerca de 1 milhão de pessoas, onde o transporte de massa é um grande problema, podemos concluir que a estrutura educacional não é suficiente para atender à demanda existente **in loco**.

Esta situação se insere na já comentada realidade de que o acesso à escola (principalmente a de 2º grau), se restringe a uma minoria, enquanto que à massa proletária, geralmente, resta apenas engrossar as fileiras da mão-de-obra

desqualificada e mal remunerada, para o mercado de trabalho.

No trabalho de Fernandes (1992), foram analisadas quatro categorias residenciais (conjunto habitacional, invasão, loteamento e bairro consolidado) do Cabula, um bairro periférico situado no Miolo de Salvador. Dentre as muitas questões levantadas sobre a população ali residente, está a da escolaridade.

Percebemos então que, mesmo dentro de um bairro periférico, a situação é bastante diferenciada em termos das categorias residenciais, como podemos observar na tabela e no gráfico em anexo.

O total, na questão da escolaridade, denota uma certa regularidade na distribuição dos percentuais, com maior ênfase nos que possuem 2º grau completo (28,51%), seguidos pelos de 1º grau, nível 2 incompleto (17,98%), e pelos com 1º grau, nível 1 completo (13,60%).

De acordo com as informações angariadas, os níveis mais baixos em termos de escolaridade se concentram na invasão (analfabetismo 23,53%); contudo, e a despeito disto, encontramos, também aí, pessoas com 2º grau completo (3,92%) e incompleto (1,96%).

Com exceção da invasão, o nível escolar que mais se destaca é o 2º grau completo, que corresponde a 38,17% dos entrevistados no conjunto habitacional, a 30,77% no loteamento e a 25,00% no bairro consolidado.

Torna-se importante destacar que detectamos residentes com curso superior completo em todos os tipos de ocupação residencial, exceto na invasão, e que os mesmos são mais representativos no loteamento (11,54%).

Ratifica-se, portanto, a relação intrínseca entre a má qualidade do ensino, a difícil acessibilidade ao sistema educacional formal e a evasão escolar, com o processo de organização sócio-espacial, onde se insere de forma marcante, a questão da periferização urbana.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da diversidade dos autores que tratam sobre o processo de periferização há, sem dúvida, um grande eixo em torno do qual gira a maioria da bibliografia que contribui para os estudos sobre o referido processo, que é a questão da habitação popular. Este fato ratifica a idéia de que, na maioria

das vezes, a produção da habitação é o mecanismo do processo de periferização urbana das populações de baixa renda.

Vale salientar que, sendo o espaço um produto social, estruturado de acordo com ações dos agentes que nele interagem e, sendo o processo de periferização uma consequência desta interação, para compreendermos o referido processo devemos analisar a dinâmica dos tais agentes sobre o espaço.

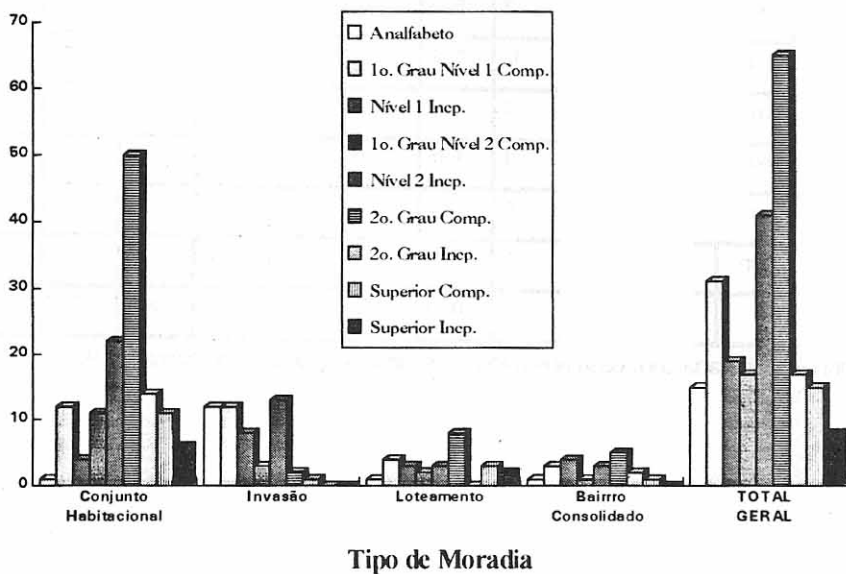
Assim, conceitos como os de estrutura urbana, segregação residencial e periferização, Estado, dominação, ideologia, classes sociais, e educação, não podem ser tratados isoladamente pois, no jogo intrincado do mundo em que vivemos, as relações entre eles são cada vez mais estreitas e, para compreendermos com clareza cada um destes conceitos, é necessário que tenhamos em mente todo o conjunto de articulações aí existentes.

ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS - 1992

ESCOLARIDADE		Conjunto Habitacional		Invasão		Loteamento		Bairro Consolidado		TOTAL GERAL	
		Absol	%	Absol	%	Absol	%	Absol	%	Absol	%
Analfabeto		1	0,76	12	23,53	1	3,85	1	5	15	6,58
1º Grau	comp.	12	9,16	12	23,53	4	15,38	3	15	31	13,60
	incp.	4	3,05	8	15,69	3	11,54	4	20	19	8,33
1º Grau	comp.	11	8,40	3	5,88	2	7,69	1	5	17	7,46
	incp.	22	16,79	13	25,49	3	11,54	3	15	41	17,98
2º Grau	comp.	50	38,17	2	3,92	8	30,77	5	25	65	28,51
	incp.	14	10,69	1	1,96	0	0	2	10	17	7,46
Superior	comp.	11	8,40	0	0	3	11,54	1	5	15	6,58
	incp.	6	4,58	0	0	2	7,69	0	0	8	3,51
TOTAL		131	100,0	51	100,0	26	100,0	20	100,0	228	100,0

FONTE: Elaborada com base nos dados coletados na pesquisa de campo. 1992.

Escolaridade dos Entrevistados - 1992



5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 31.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CORRÊA, R.L. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- COUTINHO, C.N. **A dualidade de poderes - introdução à teoria marxista de Estado e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1985
- DURRAND-LASSERVE, A.B. **L' exclusion des pauvres dans les villes du Tiers-Monde**. France: L' Harmattan. 1986.
- DURKHEIM, É. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora**. In: PEREIRA, L., FORACCHI, M.M. (orgs.). **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
- FERNANDES, R.B. **Periferização sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa**. Salvador, 1992. (Dissertação para o Mestrado em Arquitetura da UFBA).
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: EdiçõesTempo Brasileiro, 1984.
- PEDRÃO, F. **A economia da produção social de moradia**. RUA, Salvador, v.2, n.2, p.19-35, 1989.
- POULANTZAS, N. (org). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- RODRIGUES, A.M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA. S.B. de M. e. **Crescimento urbano, regionalização e educação**. Comunicação apresentada no Seminário sobre o Plano Decenal de Educação do Estado da Bahia, IRDEB, Salvador, 17/01/1990.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.